



**UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
M O N D L A N E**

**Escola de Comunicação e Artes  
Curso de Licenciatura em Música**

**Trabalho de Culminação do Curso**

**Reflexões sobre a “Exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Plano  
Curricular do Ensino Primário Básico**

**Candidato:** Arsénio João Pedro Siteo

**Supervisor:** Dr. Micas Orlando Silambo

**Maputo, Dezembro de 2023**

Escola de Comunicação e Artes  
Curso de Licenciatura em Música

Reflexões sobre a “Exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Plano  
Curricular do Ensino Primário Básico

Monografia apresentada no curso de Licenciatura em Música da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para a obtenção de grau Licenciatura em Música.

**Candidato:** Arsénio João Pedro Siteo

**Supervisor:** Dr. Micas Orlando Silambo

**Maputo, Dezembro de 2023**

Escola de Comunicação e Artes  
Curso de Licenciatura em Música

Reflexões sobre a “Exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Plano  
Curricular do Ensino Primário Básico

Monografia a ser apresentada no Curso de  
Licenciatura em Música da Escola de Comunicação  
e Artes como parcial para a obtenção de grau  
Licenciatura em Música.

**Candidato:** Arsénio João Pedro Siteo

**Supervisor:** Dr. Micas Orlando Silambo

JÚRI

---

Presidente: Me. Júlio Chinguai  
Escola de Comunicação e Artes

---

Supervisor: Dr. Micas Orlando Silambo  
Escola de Comunicação e Artes

---

Oponente: Me. Joaquim Borges A. Gove  
Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Dezembro de 2023

**DEDICATÓRIA**

Aos meus Pais!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pois ele é a razão da minha existência, e é por causa da sua graça que este feito se tornou possível.

Quero também agradecer ao meu pai, Pedro Júlio Siteo, pelo apoio incondicional, confiança, persistência e encorajamento que me tem dado desde sempre, hoje sou o que sou graças a sua ajuda juntamente com a minha mãe Ivódia Panguene.

Ao Dr. Micas Silambo pela atenção e paciência em ensinar e orientar a fim de que esta monografia fosse uma realidade.

À minha esposa pelo apoio incondicional, pelas orações incontáveis. Ao meu Pastor pelo encorajamento e pelos conselhos que deu em relação a cumprimento de metas.

Muito obrigado!

**EPÍGRAFE**

*“A música é o vínculo que une a vida do espírito à vida dos sentidos. A melodia é a vida sensível da poesia”*

Ludwig Van Beethoven, 1802

## RESUMO

O presente estudo reflecte sobre os factores que levaram à exclusão da Disciplina de Educação Musical no currículo do Ensino Primário. Fez-se o trabalho de campo em instituições como INDE/MINED, ECA e a EPC do Zimpeto. A pesquisa empregou técnicas como pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação não participante, seguindo uma abordagem qualitativa. a pesquisa é sustentada a partir de autores da área de currículo, e ensino da música como Hallam (2010), Popkewitz (1997) e Gainza (1988). O estudo revelou que a exclusão da Educação Musical não é resultante de um estudo, mas de alegações sobre o excesso de disciplinas no currículo vigente. Essa abordagem metodológica superficial apontada pelos decisores curriculares terá consequências como a falta de colocação para os licenciados em música além de adensar as dificuldades em literacia musical que vem sendo observada nos novos ingressos ao curso de licenciatura em música, na ECA. Diante desses resultados, destaca-se a necessidade de desenhar políticas públicas sólidas para garantir o acesso à educação musical como direito dos cidadãos moçambicanos, além disso, é crucial empreender esforços profundos para uma reforma curricular justa e científica, envolvendo todas as partes afetadas, e criar estratégias para o reconhecimento adequado da disciplina de Educação Musical.

**Palavras-Chave:** *Educação Musical; Currículo; Exclusão, Ensino Primário, Moçambique.*

## ABSTRACT

This study reflects on the factors leading to the exclusion of the Music Education Discipline from the Primary Education curriculum. Fieldwork was carried out in institutions such as INDE/MINED, ECA, and the Zimpeto Primary School, the research utilized techniques such as bibliographic research, semi-structured interviews, and non-participant observation, following a qualitative approach. The paper draws support from curriculum and music education scholars such as Hallam (2010), Popkewitz (1997), and Gainza (1988). The study reveals that the exclusion of Music Education is not the result of a thorough investigation but rather stems from claims about an overload of subjects in the current curriculum. This superficial methodological approach by curriculum decision-makers has led to consequences such as unemployment for music graduates and difficulties in accessing higher education music courses. In light of these findings, there is a highlighted need to design robust public policies to ensure access to music education as a right for Mozambican citizens. Furthermore, it is crucial to undertake profound efforts for a fair and scientific curriculum reform involving all affected parties and to develop strategies for the proper recognition of the Music Education discipline.

**Keywords:** *Music Education; Curriculum; Exclusion; Primary Education; Mozambique*

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Amostra da pesquisa.....	244
<b>Tabela 02:</b> Nível acadêmico, área de especialização e Instituição de formação dos entrevistados. ....	266

## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>DPEDH</b>	Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano
<b>ECA</b>	Escola de Comunicação e Artes
<b>EPC</b>	Escola Primária Completa
<b>FACED</b>	Faculdade de Educação
<b>INDE</b>	Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação
<b>ISARC</b>	Instituto Superior de Arte e Cultura
<b>MINED</b>	Ministério da Educação
<b>MINEDH</b>	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
<b>PCEB</b>	Plano Curricular do Ensino Básico
<b>PCESG</b>	Plano Curricular do Ensino Secundário Geral
<b>SNE</b>	Sistema Nacional de Educação
<b>UEM</b>	Universidade Eduardo Mondlane
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UP</b>	Universidade Pedagógica
<b>ZIP</b>	Zona Influência Pedagógica

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
EPIGRAFE .....	v
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
LISTA DE TABELAS .....	viii
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema da pesquisa .....	3
1.2 Hipóteses .....	4
1.3 Justificativa.....	4
1.4 Objectivos da pesquisa .....	5
1.4.1 Objectivo geral .....	5
1.4.2 Objectivos específicos .....	5
2. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	6
2.1 Quadro conceptual.....	6
2.1.1 Currículo.....	6
2.1.2 Ensino .....	8
2.1.3 Ensino Primário Básico .....	9
2.1.4 Educação.....	10
2.1.5 Música .....	10
2.1.6 Educação Musical.....	11
2.2. Quadro teórico .....	12
2.2.1 Plano Curricular do Ensino Básico.....	12
2.2.2 Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico.....	14
2.2.3 Lei 18/2018, do Sistema Nacional de Educação .....	16
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 Tipo de abordagem .....	20
3.2 Método de estudo .....	20
3.3 Técnicas de recolha de dados .....	20
3.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	21
3.3.2. Entrevistas semiestruturadas.....	21
3.3.3. Observação não participante.....	22
3.3.4. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados .....	23
3.4 População e Amostra .....	24

3.5 Técnicas de análise de dados .....	25
3.6 Questões éticas da pesquisa.....	25
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	26
4.1. Perfil dos entrevistados.....	26
4.2. Benefícios da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico .....	27
4.3. Factores que concorreram para a da “exclusão” da Disciplina da Educação Musical no Currículo do Ensino Primário.....	30
4.4 Consequências da exclusão da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico nos novos ingressos das instituições do Ensino Artístico no Ensino Superior Público .....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37
Decretos e Leis .....	41
APÊNDICE 01. ....	42
APÊNDICE 02. ....	44
APÊNDICE 03 .....	46
APÊNDICE 04 .....	48

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia debruça-se sobre a exclusão da Disciplina de Educação Musical no Currículo do Ensino Primário (Básico), tendo em conta a contribuição da música na musicalização da escola em geral e no desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivo, afectivo, psico-motor bem como na elevação da sua personalidade. O tema da pesquisa surge da preocupação gerada pela Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação (SNE), que não inclui a Disciplina de Educação Musical, nos dois ciclos do ‘novo’ currículo do Ensino Primário Público.

No anterior currículo do Ensino Primário Básico, introduzido em 2004, segundo o Plano Curricular de Ensino Básico (PCEB), a Disciplina de Educação Musical fazia parte da grelha curricular e era constituída por 7 classes, distribuídas por 3 ciclos a saber: a) o I Ciclo, composto pela 1ª e 2ª classes; b) o II Ciclo, com a 3ª, 4ª e 5ª classes; e c) o III Ciclo constituído pela 6ª e 7ª classes (INDE/MINED, 2003). Ainda em relação ao currículo de 2004, importa referir que nas primeiras cinco classes, a Disciplina de Educação Musical era ensinada pelo mesmo professor da turma, que lecionava todas outras disciplinas enquanto na 6ª e 7ª classes era pretensamente ensinada por ‘professores formados’ na área (INDE/MINED, 2003). No entanto, a Lei 18/2018, de 28 de dezembro faz referência a revisão do Sistema Nacional de Educação e, conseqüentemente, a revisão do currículo então vigente, no qual consta que os ciclos de aprendizagem no nível primário passaram de três (3) para apenas dois (2) ciclos, constituídos por três (3) classes. Isto é, o I Ciclo tem a 1ª, 2ª e 3ª Classes enquanto no II Ciclo é constituído pela 4ª, 5ª e 6ª classes. Acontece, porém, que neste novo documento normativo da Educação em Moçambique, a Educação Musical passou a não constar como disciplina leccionada, sendo abordada numa perspectiva integrada (INDE/MINED, 2018). Ainda segundo INDE/MINED (2018), no I Ciclo, os conteúdos da disciplina de Educação Musical, como as noções básicas da teoria de música, ritmo, melodia, intervalos, dentre outros, estão integrados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física enquanto no II Ciclo estão nas disciplinas referidas e nas Ciências Naturais e Ciências Sociais. Entretanto, poucas são as evidências de efectivamente estes conteúdos estarem a ser leccionados, pois tanto os gestores bem como os professores mostram-se cépticos devido à falta de formação/capacitação técnica dos professores primários, em geral, para lidar com os conteúdos desta disciplina.

Paralelamente à exclusão da Educação Musical, no novo currículo, as instituições do Ensino Superior Público, nomeadamente, a Escola de Comunicação Artes, da Universidade Eduardo Mondlane (Curso de Licenciatura em Música), o Instituto Superior de Arte e Cultura – ISARC (Curso de Licenciatura em Dança) e a Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes, da Universidade Pedagógica de Maputo – UP-Maputo (Curso de Artes Cênicas, com especializações em Música, Dança e Teatro), continuam a formar estudantes que em princípio devem ser absorvidos pelo Ensino Primário como professores. Por outro lado, estas instituições de Ensino Superior devem ser alimentadas por candidatos que tenham uma formação-base nos níveis anteriores (primário e secundário) que consubstancie-se em conhecimentos básicos sobre a teoria de música, execução (elementar ou básica) de alguns instrumentos tradicionais e convencionais, noções de teatro (ECA e UP), noções (elementares ou básica) da dança moderna e da dança moçambicana (UP e ISARC), dentre outros conteúdos relevantes que constituem a formação base de qualquer candidato aos cursos do Ensino Superior em artes. Portanto, a exclusão da disciplina de Educação Musical e o não ensino das outras artes denotam um grande paradoxo do sistema educacional moçambicano.

O tipo de pesquisa quanto a abordagem deste trabalho é qualitativo e é baseado na observação não participante, aliada a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada. Na pesquisa bibliográfica foram consultados os artigos publicados sobre o currículo do Ensino Primário e Educação Musical no Sistema Nacional de Educação (SNE) e no mundo enquanto a entrevista semiestruturada teve como objectivo colectar dados empíricos aos gestores, professores, estudantes e a pais e encarregados de educação. As bases teóricas do trabalho estão assentes em estudos que discutem o currículo, ensino primário e Educação Musical, com maior enfoque para autores como Hallam, Popkewitz e Gainza.

Este estudo é constituído por cinco capítulos a saber: introdução, quadro teórico e conceptual, metodologia, apresentação e análise de dados e considerações finais. No Capítulo I, a introdução, faz-se uma apresentação geral da proposta de pesquisa incluindo a descrição do problema, a formulação das hipóteses, a justificativa e objectivos da pesquisa. No Capítulo II, o quadro teórico e conceptual, faz-se a definição de conceitos e apresenta-se teorizações de alguns autores sobre o tema da pesquisa. No Capítulo III, a metodologia, apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram seguidos para a realização da pesquisa em proposta enquanto no Capítulo IV apresentam-se e analisam-

se os resultados da pesquisa tendo em conta os dados empíricos recolhidos. No último, Capítulo V, sobre as considerações finais, apresentam-se as constatações do estudo.

### **1.1 Problema da pesquisa**

Em 1999, o então Ministério da Educação (MINED), através do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), desenvolveu uma reforma curricular que culminou com a introdução do currículo do Ensino Básico, em 2004, em substituição do anterior currículo que vigorava desde 1983. O novo currículo trouxe inovações que incluem a introdução das disciplinas de Educação Musical, Educação Visual, Ofício, Educação Moral e Cívica, Inglês, Línguas Moçambicanas, dentre outras (INDE/MINED, 2003). Assim, a Disciplina de Educação Musical passou a ser implementada em todo Ensino Primário apesar dos diversos constrangimentos relativos, causados pela falta de professores especializados, de materiais didáticos, dentre outros. A introdução da Disciplina de Educação Musical, certamente contribuiu para a musicalização da escola, e isto ajudou sobremaneira no desenvolvimento holístico delas, seja ele cognitivo, criativo, cultural, social, afectivo e psicomotor.

Em 2018 foi aprovada a Lei 18/2018 na qual a disciplina de Educação Musical já não consta. Entretanto, desde 2017, o ano que começou a implementação do currículo para a 1ª Classe, em resultado da revisão pontual, que esta disciplina deixou de ser leccionada nas escolas primárias como era nos anos anteriores – embora, oficialmente, só em 2018 tenha sido assim legislado. Em consequência desta lei, os professores que têm sido formados em música estão limitados a trabalhar somente em escolas privadas de música, colégios e outras instituições de ensino geral não público, pois as possibilidades de inserção no aparelho do estado na categoria de professores de música, são poucas ou quase nulas. Deste modo, restam poucas oportunidades para os licenciados em música se empregarem no Estado como professores devido ao exposto.

Partindo do pressuposto da exclusão da Disciplina de Educação Musical, no Plano Curricular do Ensino Primário Básico e a consequente interrupção da sua leccionação nas escolas públicas, surge a seguinte questão de partida:

*Que factores concorreram para a exclusão da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico?*

## **1.2 Hipóteses**

A exclusão da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Público pode advir das seguintes hipóteses:

- Revisão curricular sem estudos prévios que mostrem a pertinência de exclusão;
- Irrelevância da Disciplina de Educação Musical no ensino em Moçambique.

## **1.3 Justificativa**

O presente trabalho aborda a exclusão da Disciplina de Educação Musical no currículo do Ensino Primário em Moçambique. O trabalho justifica-se por diversas razões que destacam a importância do mesmo, tanto no contexto educacional quanto na sociedade em geral. Fundamentado em teorias de educação musical, currículo e ensino, este estudo procura proporcionar uma compreensão aprofundada das implicações da exclusão da Educação Musical no desenvolvimento cognitivo, afectivo e psico-motor das crianças no Sistema Nacional de Ensino em Moçambique.

Este trabalho poderá constituir relevância académica, pois, a partir desta reflexão crítica sobre as mudanças curriculares, busca identificar os impactos na formação dos alunos do ensino básico desprovidos da Disciplina de Educação Musical, e no desenvolvimento social. Ainda, este trabalho poderá suscitar debates sobre a importância e contribuição da Educação Musical na musicalização da escola dos alunos.

A escolha do tema também tem a ver com o facto de o investigador do presente estudo, como graduado do Curso de Licenciatura em Música, ter a necessidade de empregar-se, uma acção que se afigura difícil devido à “exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário. Assim, além de compreender os problemas por detrás da referida exclusão, também se junta às vozes que têm manifestado a sua objecção pelo sucedido e pela falta de visão holística relativamente a importância da Educação em Música nas escolas nacionais.

Na verdade, é relevante abordar a exclusão da Educação Musical no Ensino Primário por não ser apenas uma questão académica, mas, de implicações de práticas significativas na vida dos estudantes, professores e na sociedade como um todo. Deste modo, o estudo destaca a conexão entre a formação musical e o desenvolvimento integral da criança, sublinhando como essa exclusão pode impactar negativamente a educação e o bem-estar emocional dos alunos. Além disso, a pesquisa destaca as consequências sociais, como o desemprego para licenciados em música e as dificuldades de ingresso em cursos

superiores relacionados à música pelos graduados da 12<sup>a</sup> classe. Isso evidencia a importância prática de repensar as políticas educacionais para garantir oportunidades justas e acessíveis para todos os moçambicanos.

#### **1.4 Objectivos da pesquisa**

Nesta secção apresentam os objectivos da pesquisa constituídos por um objectivo geral e três objectivos específicos.

##### **1.4.1 Objectivo geral**

- Compreender os factores que concorreram para a “exclusão” da Disciplina de Educação Musical no currículo do Ensino Primário básico.

##### **1.4.2 Objectivos específicos**

- Identificar as percepções dos gestores, professores, estudantes e dos pais e encarregados de educação sobre os benefícios da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico.
- Descrever os factores que concorreram para a “exclusão” da disciplina da Educação Musical no currículo do Ensino Primário Básico;
- Explicar as consequências da exclusão da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico nos novos ingressos das instituições do Ensino Artístico no Ensino Superior Público.

## **2. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL**

O presente capítulo apresenta a definição de conceitos de palavras-chave através da discussão de vários autores e a teorização em autores como Hallam (2010), que retrata os benefícios da educação musical no desenvolvimento cognitivo, psico-motor e social dos alunos; Popkewitz (1997), que discute as teorias de currículo, enfatizando os desafios e implicações das reformas educacionais; e Gainza (1988), que aborda a importância da musicalização como uma ferramenta para o desenvolvimento sensorial e cultural das crianças.

Adicionalmente, foram utilizados autores como Muszkat (2012), que explora a relação entre música e neurociência, destacando como a prática musical estimula o cérebro; McPherson e Davidson (2006), que discutem os impactos da educação musical no desenvolvimento emocional e social; e Vaughn (2000), que aponta conexões entre o aprendizado musical e o desempenho em outras disciplinas, como matemática e línguas.

Outras obras e ideias foram também arroladas neste capítulo, incluindo as contribuições de Pacheco (1996) sobre a importância de avaliações cuidadosas antes de mudanças curriculares, e de Blacking (1973), citado em Pinto (2001), que define a música como "sons humanamente organizados", destacando seu papel cultural e social. Além disso, outras referências foram exploradas ao longo do trabalho, sempre que emergisse algum tema para cuja sustentação e/ou entendimento tais autores mostraram-se pertinentes.

### **2.1 Quadro conceptual**

Nesta secção definem-se os seguintes conceitos: currículo, ensino, ensino primário básico, educação, música e educação musical.

#### **2.1.1 Currículo**

O termo currículo vem do latim "*curriculum*" e significa o caminho ou percurso a ser seguido. Concretamente, definir currículo não se apresenta fácil, é um conceito polissêmico, portanto, que contém múltiplas concepções que variam de acordo com os seus autores e a teoria predominante. A propósito, Pacheco (2001), refere que não existe uma definição única ou mais correcta de currículo, pois o termo têm sido uma área permanente de debate e investigação.

Definindo do ponto de vista do marco conceptual, Gaspar e Roldão (2007, p. 18), afirmam que, epistemologicamente, o “currículo é um conjunto de aprendizagens consideradas necessárias num dado contexto e tempo (organização e sequência adoptadas, para o concretizar ou desenvolver)” enquanto Varela (2013, p. 15), por sua vez, considera duas acepções, sendo a primeira, a do currículo como “...um plano de estudos ou um programa, muito estruturado e organizado na base de objetivos, conteúdos, actividades e de acordo com a natureza das disciplinas” enquanto noutra, vê o currículo num sentido mais amplo, onde este refere-se “...ao plano ou programa, ou a um conjunto de experiências educativas vividas pelos alunos dentro do contexto escolar, ora como um propósito bastante flexível que permanece aberto e dependente das condições da sua aplicação”.

Nestas acepções, provindas destes distintos autores, cremos que se evidencia uma convergência conceptual por estarem enquadrados numa abordagem baseada no modelo de Tyler, que olha para o currículo (desenvolvimento) como processo de decisão sobre a construção do ambiente e Cultura para a realização e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, as abordagens aqui apresentadas olham para o currículo como uma proposta educativa centrada na escola, reduzindo-o desta forma a uma visão mecânica, técnica e burocrática descurando outras concepções que olham para o currículo também partindo da escola, mas levando-o para fora dela.

Numa perspectiva diferente, Estivaleta (2016), defende que currículo é um instrumento que cruza inúmeras áreas do conhecimento com diferentes práticas pedagógicas configurando-se como eixo principal de orientação dentro do processo educacional e é resultado da interacção entre os sujeitos da acção pedagógica. Esta colocação vem ao encontro a do Sacristán (2000, p. 15), que enxerga currículo como um objecto que se constrói no “...processo de configuração, implementação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas” e em sua avaliação, como resultado das diversas intervenções que nele operam, podendo ser visto como “...um objeto que cria em torno de si campos de acção diversos, nos quais múltiplos agentes e forças se expressam em seu formato”.

A respeito destas contribuições, infere-se uma evolução na conceptualização de currículo, porquanto, deixou de se representar apenas os aspectos exclusivos ao interior da escola (disciplina, conteúdos, programas) passando a incorporar outros factores do meio onde esta escola está inserida. Adiante, Saviani (2016, p. 57), em face da reflexão acima remata que “currículo é um conjunto de actividades nucleares desenvolvidas pela escola”,

incorporando as actividades curriculares e extracurriculares. Entretanto, esta definição se assemelha a de Sacristán (2000) que define o currículo como “...um projecto selectivo cultural, social, político e administrativo, preenchendo as actividades escolares e se tornando realidade dentro das suas condições estruturais.

Compulsando, a polissemia do currículo assenta na capacidade de este aglutinar todas as sensibilidades e realizações das autoridades educacionais e da própria escola no sentido de organizar um projecto de formação e preparação dos indivíduos dentro de uma sociedade.

No contexto educacional, currículo é, segundo Roldão (1999, p. 43) “[...] um conjunto de aprendizagens consideradas necessárias num dado contexto e tempo (organização e sequência adoptadas, para o concretizar ou desenvolver”, enquanto para Varela (2013, p. 15), “currículo é um plano de estudos ou um programa, muito estruturado e organizado na base de objectivos, conteúdos, actividades e de acordo com a natureza das disciplinas”. Ainda para este autor, “currículo é um plano ou programa, ou um conjunto de experiências educativas vividas pelos alunos dentro do contexto escolar, ora como um propósito bastante flexível que permanece aberto e dependente das condições da sua aplicação”.

Nestas definições observamos concepções que mostram o quão polissémico é o currículo, porquanto se traz os vários significados dos diferentes contextos em que é visto. Para este trabalho, optou-se por adotar a concepção de Varela (2013), que destaca o currículo como um plano estruturado com base em objectivos, conteúdos e actividades, permitindo uma flexibilidade dependente das condições de sua aplicação.

### **2.1.2 Ensino**

No passado, o termo ensinar (do *signare* em latim), de acordo com Pilleti (2004), significava colocar dentro, gravar no espírito. Isto é, o ensino era antigamente enxergado do ponto de vista de que o professor, o detentor do conhecimento gravava o conhecimento na cabeça de quem aprende, o aluno), sem nenhuma participação deste em saber como é que a informação gravada se processa dentro daquele que tem a missão de a receber. Este, como se depreende, é um princípio pedagógico do passado que actualmente vem se subalternizando, pois, o conceito ‘ensinar’ passou a significar transmitir conhecimentos respeitando o aluno, o principal sujeito da aprendizagem. A propósito, Pilleti (2004) como citado em Siteo (2016, p. 8), refere que ensinar passou a ser visto “[...] como o processo

pelo qual o professor estimula e orienta a aprendizagem espontaneamente realizada pelo aluno”. Ajuntando a esta concepção, Alves, Elzinger e Wendling (2010, p. 22), defendem que o ensino é “[...] um processo no qual uma informação, valor ou atitude é transmitida para um interlocutor que por sua vez faz sua síntese particular e apreende a informação e a interioriza de maneira que lhe seja significativa”.

Para este trabalho, o conceito de Pilletti (2004) apresenta-se ajustado, pois, nele o aluno é tido como um agente activo do processo de ensino e aprendizagem e adequa-se aos princípios pedagógicos da actualidade que colocam o aprendente como sujeito da sua própria aprendizagem, visto que o ensino hoje é centrado no aluno, isto é, os professores ou docentes não fazem a aula, apenas servem como orientadores para o aluno.

### **2.1.3 Ensino Primário Básico**

Para Basílio e Zita (2022), ensino primário refere-se, geralmente, ao primeiro estágio da educação escolar dirigido às crianças dos seis (6) anos de idade e desempenha um papel preponderante na socialização delas (crianças), pois, é neste nível que adquirem os conhecimentos, habilidades e valores/attitudes necessários para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade e enfrentar a vida na idade adulta.

O ensino primário é considerado “básico” quando os Estados adoptam-no como Ensino Fundamental Obrigatório e Gratuito e totalmente financiado pelo si e como premissa dada a todos os cidadãos. A duração do ensino primário básico varia de acordo com o país e do sistema educativo e é normalmente antecedido pelo ensino pré-escolar, que por sua vez é precedido pelo ensino secundário. Entretanto, em Moçambique e noutros países em vias de desenvolvimento, o ensino primário básico não segue taxativamente o primeiro estágio como referido anteriormente, pois as economias desses países ainda não podem proporcionar um acompanhamento condigno aos seus cidadãos. Ademais, a designação oficial do ensino primário básico, também, varia de país para país, mas é frequentemente denominado por ensino fundamental, ensino elementar, ensino básico ou ensino de base (BASÍLIO & ZITA 2022).

No que se refere ao tempo que dura o ensino primário, importa destacar que, também, depende da organização do sistema educativo de cada país. Todavia, em Moçambique, no currículo de 2004, segundo INDE/MINED (2003), o ensino primário era constituído por sete (7) classes e três (3) ciclos de aprendizagem sendo o I Ciclo (1ª e 2ª classes), o II Ciclo (3ª, 4ª e 5ª classes) enquanto o III Ciclo era basicamente constituído pela 6ª e 7ª

classes. Na nova organização trazida pela Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, o ensino primário básico contém seis classes sendo as primeiras três (1ª, 2ª e 3ª classe) do I Ciclo e as restantes três (4ª, 5ª e 6ª classe) do II Ciclo (Sistema Nacional de Educação – SNE, 2018).

É importante destacar que o Ensino Básico em si, transitou das anteriores sete (7) classes (apenas do Ensino Primário) para nove (9) classes, com a subida da 7ª classe do Ensino Primário para o Ensino Secundário e a inclusão da 8ª e 9ª classe, portanto, o novo I Ciclo do Ensino Secundário (7ª a 9ª classe). Assim, o Ensino Básico em Moçambique é da 1ª a 9ª classe congregando dois subsistemas do Ensino Geral.

#### **2.1.4 Educação**

Educação é, segundo Libâneo (1994, p. 22), um “[...] processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da actividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais”.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO (2010), p. 31), a educação guia-se por quatro principais pilares como: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*. O que significa que ela explora as habilidades cognitivas, motoras e afectivas.

A Política Nacional de Educação decreta que a educação “constitui um direito fundamental de cada cidadão e é o instrumento central para a melhoria das condições de vida e a elevação do nível técnico e científico dos trabalhadores” (CONSELHO DE MINISTROS, 1995, p. 7). Este instrumento do Governo para o Sector da Educação refere ainda que “a educação é o meio básico para a compreensão e intervenção nas tarefas do desenvolvimento social, na luta pela paz e reconciliação nacional”. No caso específico desta pesquisa procura-se desenvolver o processo educativo através da música possibilitando que por meio de um conjunto de sons a criança possa aprender a conhecer, fazer, conviver e a ser, desenvolvendo se como um ser humano útil para a sociedade.

#### **2.1.5 Música**

Música ou arte das musas, é a arte de combinar os sons de modo a agradar ao ouvido (JEAN-JACQUES ROUSSEAU, Século XVIII) enquanto para Med (1996, p. 11), é a “[...] arte de combinar os sons simultânea e sucessivamente, com ordem, equilíbrio e

proporção dentro do tempo”. Como se pode observar, estas duas definições de conceito reflectem à maneira antiga de enxergar a música, pois, os dois autores tomam-na, somente, como “arte” de combinação dos sons, de modo a agradar ao ouvido (para o primeiro), e de forma simultânea e sucessiva numa determinada ordem, equilíbrio e proporção dentro do tempo (para o segundo). Entretanto, Blacking (1973) citado em Pinto (2001, p. 224) considera a música como “sons humanamente organizados” para Blacking, a música só existe quando produzida pelo homem e, afasta assim, a ideia de que as aves e os animais, também, podem produzir música.

Para Hohmann e Weikart (1997), a música é uma linguagem organizada pelo ritmo, melodia e harmonia, que desperta no ouvinte uma resposta emocional, e tem um carácter universal e exprime a vida humana sensível e criadora.

Na perspectiva de Silambo (2020), a música é definida como uma expressão e apropriação sociocultural infinita que responde flexivelmente a várias dimensões da sociedade através de um conjunto de elementos tipicamente codificados. Estas postulações não só trazem a ideia de combinação de sons ou ritmo, melodia e harmonia, como também valorizam o facto de o homem ser o agente produtor da música. Também, se considera que ela deve estar integrada a um contexto sociocultural o que faz com que neste trabalho se considere as definições subsequentes como complementares para uma compreensão mais ampla.

### **2.1.6 Educação Musical**

Educação Musical é, segundo Amado (1999), um conjunto de actividades que são proporcionadas à criança como forma de prepará-la para vida. Para este autor, a Educação Musical não procura formar profissionais da música, mas colocar a arte ao serviço da criança. Tendo em conta as diferentes concepções sobre Educação Musical, esta tem sido interpretada como uma simples prática de ensinar música, uma preparação da personalidade da criança embora actualmente tenha um sentido mais amplo e interdisciplinar.

Assim, para Gainza (1988) a Educação Musical tem como objectivo tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenómeno sonoro, ou seja, prepara a criança dotando-a de sensibilidade para as artes. Daí que a Educação Musical tem sido associada a diferentes formas de estimulação da vida da criança melhorando-a a cognição, memória, psicomotricidade e contribuindo para que seja um melhor cidadão do futuro. Ademais,

esta disciplina nas escolas, melhora as habilidades áudio-perceptivas, estimula actividades cerebrais, habilidades motoras e a coordenação dos movimentos nas crianças.

## **2.2. Quadro teórico**

No presente quadro teórico apresenta-se a teorização em volta do tema tendo em conta os teorizadores referidos no início deste capítulo.

### **2.2.1 Plano Curricular do Ensino Básico**

Plano curricular, segundo Leite (1998), é um documento escrito, que apresenta as ideias e intenções em direcção ao alvo, geralmente elaborado centralmente pelas autoridades educacionais do país através de instituições vocacionadas ao desenvolvimento do currículo. No caso das universidades e institutos educacionais e/ou técnicos profissionais, o plano curricular é localmente elaborado pelas próprias instituições académicas, vocacionais ou socioprofissionais.

O Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB) é o documento principal e guia da transformação (revisão) curricular do Ensino Primário Geral moçambicano, que teve início em 1996 com estudos desenvolvidos pelo INDE (instituição vocacionada para o desenvolvimento curricular) procurando apreender as necessidades dos estudantes e de seus pais e encarregados de educação, as condições de ensino e aprendizagem, dentre outras actividades que culminaram com o desenvolvimento e implementação do vulgo “novo” Currículo, em Fevereiro de 2004 (INDE/MINED, 2003). Portanto, o INDE, seguindo as teorias sobre o desenvolvimento curricular, realizou um estudo sociopolítico, económico e cultural da sociedade moçambicana em geral e dos estudantes de modo a aprimorar o projecto educativo então em preparação.

Tendo em conta o desenvolvimento de actividades, como referido anteriormente, o PCEB devia reflectir os diferentes estágios do desenvolvimento da nação Moçambicana, incluindo a guerra de desestabilização, dentre outras situações que ocorreram depois da introdução do primeiro currículo nacional em 1983, em materialização da Lei 6/1983 do SNE (INDE/MINED, 2003).

Deste modo, o Plano Curricular do Ensino Básico, documento base da transformação curricular apresenta a política (filosofia), objectivos, estrutura/organização e estratégias de implementação deste currículo.

#### **a) Objectivos**

Os objectivos do PCEB são o suporte e finalidade por detrás do desenvolvimento curricular. Portanto, apresentam os pressupostos por detrás desta transformação curricular incluindo a organização de todo o Sistema Educativo Moçambicano;

#### **b) Política**

A política representa o pensamento filosófico que guia a educação em Moçambique incluindo a Política Nacional de Educação e o papel do Ensino Primário na socialização da criança, os programas de ensino, o processo de ensino e aprendizagem e a avaliação das aprendizagens dos alunos na sala de aula bem como a política do livro.

Ainda, nesta secção apresenta-se o perfil do graduado, outro dos aspectos filosóficos do currículo, os ciclos de aprendizagem, o ensino básico integrado, o currículo local, as disciplinas curriculares, os professores e sua formação/capacitação ou preparação, dentre outros aspectos e elementos importantes.

Na política, o PCEB debruça-se sobre o enquadramento da transformação curricular tendo em conta os momentos educativo, político, económico, social e cultural vividos no país, em África e no mundo e sobre a necessidade do currículo se ajustar a esses momentos.

#### **c) Estrutura**

A estrutura curricular prevista no PCEB contempla três áreas: (i) Comunicação e Ciências Sociais (Português, Inglês, Línguas Moçambicanas, Educação Musical, Ciências Sociais e Educação Moral e Cívica); (ii) Matemática e Ciências Naturais, constituído por estas duas disciplinas das ciências exactas; e (iii) Actividades Práticas e Tecnológicas (Ofícios, Educação Visual e Educação Física). Ainda, na estrutura encontramos os planos de estudos que fixam as cargas horárias das disciplinas, dentre outros aspectos.

#### **d) Estratégias de implementação do currículo**

Para que o currículo servisse os interesses para os quais foi desenhado, o PCEB prevê as estratégias de sua implementação onde os aspectos como: (i) criação/construção e expansão das escolas primárias completas; (ii) formação inicial e capacitação de professores (em geral e para as novas disciplinas); e (iii) produção do livro escolar (INDE/MINED, 2003).

Ainda, na sua essência, segundo INDE/MINED (2003), o PCEB contempla os seguintes princípios básicos da transformação curricular:

- Concepção da escola como agente de transformação, e não apenas como um meio de transmissão de conhecimentos;

- Reconhecimento da necessidade de formação integral da personalidade, o que leva a que as diferentes disciplinas sejam abordadas em uma perspectiva integrada;
- Ensino em espiral e abordagens relativas a progressões dos alunos por ciclos de aprendizagem;
- Exigência de Programas flexíveis facilmente adaptáveis à realidade, características locais, pontos de partida e ritmos de aprendizagem diversificados;
- Predomínio dos aspectos relativos ao desenvolvimento das capacidades de análise, síntese e ao estímulo da criatividade, da livre crítica, do sentido de responsabilidade e da capacidade de integração em grupo;
- Inclusão de aspectos sociais, económicos e culturais das comunidades enquadradas no Currículo Local, dentre outras inovações pertinentes.

Resumindo, pode-se afirmar que o PCEB é um documento que trouxe as informações importantes que caracterizam o currículo implementado a partir de fevereiro de 2004.

É de referir que este Plano Curricular do Ensino Básico é vivenciado por crianças de idade compreendidas entre os 12 e 13 anos, portanto, crianças caracterizadas por necessidade de musicalização activa daí que o plano (curricular) tenha de contemplar actividades que impactem a vida das mesmas (crianças).

### **2.2.2 Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico**

A Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico surge no âmbito das inovações do Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB), que produziu o currículo introduzido em 2004. De acordo com INDE/MINED (2003, p. 37), esta disciplina tinha como objectivo geral:

- Cultivar o interesse e o talento musical da criança na perspectiva do desenvolvimento da sua personalidade, nos domínios afectivo, estético, cultural, cognitivo e psicomotor (INDE/MINED, 2003).

Para o desenvolvimento dos diferentes domínios aqui expostos, o currículo recomenda diversas actividades curriculares como canções interactivas para a socialização das crianças, apreciação do belo, o cultivo da personalidade afável e da cognição bem como a interpretação de diversos tipos de ritmos começando pelos timbres corporais terminado em solfejo rítmico e melódico nas classes avançadas da 6ª e 7ª classe.

Relativamente aos objectivos, a Educação Musical, segundo Gainza (1988, S.P.<sup>1</sup>) consiste em “[...] musicalizar, ou seja, tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenómeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical”. Assim, para a Disciplina de Educação Musical o PCEB, prevê que as crianças sejam capazes de “[...] ter sensibilidade, para apreciar o belo, escutar, memorizar, abstrair, imaginar e criar música” (INDE/MINED, 2003, p. 40). Para tal, na sala da aula deviam ser desenvolvidas actividades como a escuta musical, o canto, a improvisação, dentre outras, usando canções nacionais e do mundo incluindo alguns instrumentos musicais tradicionais de Moçambique, fabricados pelos próprios alunos e assim vivenciar os diferentes estágios elencados nos programas.

No domínio afectivo, os alunos são levados a desenvolver capacidades de distinguir e imitar sons da natureza, dentre outras actividades enquanto no aspecto cultural, a Educação Musical, sendo um elemento agregador entre as artes em geral, que desperta nos alunos o sentimento de sentir e perceber cada manifestação cultural que os cerca de forma plena e abrangente. Assim, os alunos são levados a interpretar canções e danças moçambicanas, dentre outras actividades. (INDE/MINED 2018)

No aspecto cognitivo, ao desenvolver e realizar a escuta activa, o aluno é preparado para ter uma maior habilidade de concentração bem como estabelecer melhores resultados cognitivos enquanto através da escuta activa, uma técnica muito desenvolvida nos exercícios de percepção, a partir do treino contínuo, o aluno reúne habilidades que estimulam as actividades cerebrais de maneira mais efectiva. Portanto, a música “[...] contribui para a construção de um cérebro biologicamente mais conectado, fluido, emocionalmente competente e criativo” (MUSZKAT, 2012, apud TEIXEIRA, 2017, p. 8).

Finalmente, no aspecto psicomotor, os programas da Disciplina de Educação Musical previam o uso dos timbres corporais e outros exercícios baseados no ritmo para treinar a mente, os membros, a visão e outros sentidos, favorecendo assim a motricidade, o cálculo óculo-manual para o exercício da escrita e leitura, dentre outros ganhos (SITOE, 2016) que a criança precisa para a sua vida adulta.

---

<sup>1</sup> s. p -sem página.

### **2.2.3 Lei 18/2018, do Sistema Nacional de Educação**

A Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, do SNE, congrega os seguintes subsistemas de educação: a) Subsistema de Educação Pré-Escolar; b) Subsistema de Educação Geral; c) Subsistema de Educação de Adultos; d) Subsistema de Educação Profissional; e) Subsistema de Educação e Formação de Professores; f) Subsistema de Ensino Superior.

No subsistema de Educação Geral, o SNE introduz um novo conceito de Ensino Básico que é constituído por nove (9) classes, compreendendo as seis (6) classes do Ensino Primário (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup>) e as primeiras três (3) classes do Ensino Secundário (7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup>). Relativamente a organização curricular do Ensino Primário, como se pode observar, a nova Lei do SNE prevê seis (6) classes subdivididas em dois Ciclos de aprendizagem, sendo o I Ciclo constituído pela 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> classes enquanto o II Ciclo compreende as últimas três classes deste nível, portanto, a 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classes.

Ainda, nos seus princípios pedagógicos, esta Lei refere que o processo educativo orienta-se pelas seguintes linhas: (i) desenvolvimento das capacidades e da personalidade de forma harmoniosa equilibrada e constante, que confira uma formação integral e de qualidade; (ii) desenvolvimento da iniciativa criadora, da capacidade de estudo individual e de assimilação crítica dos conhecimentos; (iii) liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; (iv) ligação do estudo ao trabalho produtivo e socialmente útil, como forma de aplicação dos conhecimentos científicos à produção e de participação no esforço para o desenvolvimento económico e social do país; (v) dotação do indivíduo de conhecimentos que lhe permitam aprender a ser, aprender a viver juntos e com os outros; (vi) inclusão, equidade e igualdade de oportunidades, em todos subsistemas de ensino e na aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais; (vii) ligação entre a escola e a comunidade, em que a escola participa activamente na dinamização do desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, e recebe desta a orientação necessária para a realização de ensino e formação que respondam as exigências do desenvolvimento; (viii) desenvolvimento de actividades e medidas de apoio, e complementos educativos, visando contribuir para igualdade de acesso à educação e ao sucesso escolar (Artigo IV, princípios pedagógicos).

Na Secção III relativa aos Objectivos Gerais, no Artigo V, a Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, dentre outros, destaca que são objectivos do SNE os seguintes: (i) erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo moçambicano o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento pleno das suas capacidades e a sua

participação em vários domínios da vida do país; (ii) garantir a educação básica inclusiva a todo cidadão de acordo com o desenvolvimento do país, através da introdução progressiva da educação obrigatória; (iii) assegurar a todo cidadão o acesso à educação e à formação profissional; (iv) garantir elevados padrões de qualidade de ensino e aprendizagem; (v) formar o cidadão com uma sólida preparação científica, técnica, cultural e física sólida, educação moral, ética, cívica e patriótica.

No que tange aos objectivos do Ensino Geral destaca-se: (i) a garantia da formação integral ao cidadão para que adquira e desenvolva conhecimentos intelectuais e físicas e uma educação estética e ética; (ii) assegurar uma formação que responda às necessidades materiais e culturais do desenvolvimento económico e social do país. Deste modo, os objectivos do Ensino Primário se resumem em: (i) proporcionar uma formação inicial nas áreas de comunicação, ciências sociais, ciências naturais, matemática, educação física, estética e cultura; e (ii) desenvolver conhecimentos socialmente relevantes, técnicas básicas e habilidades manuais, atitudes e convicções que proporcionem maior participação social para o ingresso na vida produtiva.

Na Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, do SNE, conforme sustenta o tema deste trabalho, a Educação Musical ficou excluída como uma disciplina Curricular, tendo sido acomodados alguns conteúdos no I Ciclo, especificamente nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física. Portanto, 1º Ciclo, o novo currículo acomoda as competências das disciplinas de Educação Visual, Ofícios e Educação Musical integradas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática enquanto na 4ª e 5ª classes, foram integradas nas disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências Sociais, Matemática e Ciências Naturais (INDE/Programa do 2º Ciclo, 2015) – determinando, de alguma forma, o fim da educação musical em Moçambique<sup>2</sup>.

Entretanto, não existem evidências sobre a acomodação da disciplina nas Ciências Naturais, Ciências Sociais e Educação Visual e Ofícios, como se pretende dar a entender nos discursos de alguns entrevistados ligados às Autoridades Educacionais Nacionais.

Relativamente ao enquadramento de conteúdos da Disciplina de Educação Musical noutras disciplinas, alguns entrevistados durante a pesquisa referiram que são constituídos na sua maioria por canções infantis como são os casos relativos aos “dias da semana”, “leitura das vogais e algumas consoantes” (Língua Portuguesa), “Contagem de

---

<sup>2</sup> Ver Chingui (2021).

1 a 10” na disciplina de Matemática e danças tradicionais na Disciplina de Educação Física.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia é o alicerce de qualquer investigação científica, pois define os caminhos que o pesquisador seguirá para alcançar os objectivos propostos e responder à questão central do estudo.

Como destaca Lakatos e Marconi (2001, p. 81), "a metodologia deve ser cuidadosamente delineada para garantir que os resultados obtidos sejam válidos, confiáveis e cientificamente embasados".

Neste capítulo, detalham-se os passos seguidos para a realização desta pesquisa, incluindo a abordagem metodológica, o tipo de pesquisa, o método de estudo, os instrumentos e técnicas de recolha de dados bem como a descrição da população e da amostra. Ainda, são apresentadas as técnicas de análise dos dados, a validação das informações coletadas e as medidas de fiabilidade adotadas, bem como os aspectos éticos observados durante o processo investigativo.

A escolha dos métodos seguiu o princípio da adequação ao problema de pesquisa, conforme defende Creswell (2014, p. 54): "A metodologia deve alinhar-se ao propósito do estudo, maximizando a compreensão do fenômeno investigado por meio de instrumentos e estratégias adequados".

Assim, para compreender os factores que levaram à exclusão da Educação Musical no currículo do Ensino Primário, optou-se por uma abordagem qualitativa que privilegia a interpretação e a análise contextual. Segundo Bardin (2016, p. 125), "a pesquisa qualitativa permite capturar a profundidade e a complexidade das percepções humanas, sendo particularmente eficaz em contextos educacionais e culturais, onde as experiências subjetivas dos participantes desempenham um papel crucial na compreensão do fenômeno". Esse aspecto foi fundamental para investigar não apenas os factores objectivos da exclusão da Educação Musical, mas também as implicações emocionais, sociais e pedagógicas dessa decisão.

Ao longo deste capítulo, argumenta-se que a combinação entre métodos qualitativos e técnicas como análise de conteúdo e triangulação de dados oferece uma visão multifacetada do problema. Como afirmam Denzin e Lincoln (2005, p. 3), "os métodos qualitativos possibilitam uma investigação holística, que vai além da simples descrição para compreender as interconexões entre fenômenos em contextos específicos".

Além disso, a metodologia adotada busca atender ao rigor científico exigido em trabalhos acadêmicos de alto padrão, evitando a superficialidade e o uso de elementos redundantes ou irrelevantes, frequentemente criticados como "fraudulentos". Para garantir essa robustez, cada etapa da pesquisa foi fundamentada em teorias e práticas metodológicas amplamente reconhecidas na literatura.

### **3.1 Tipo de abordagem**

O tipo de abordagem desta pesquisa é o qualitativo, que segundo Richardson (1999, p. 80), é uma abordagem que “[...] pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, classificar processos dinâmicos vividos por um grupo de pessoas”. Ainda segundo este autor, na pesquisa qualitativa pode-se desenvolver análises mais profundas em relação ao problema ou fenômeno em questão, que não é possível obter através de dados estatísticos.

Tendo em conta que uma das intenções desta pesquisa é conhecer as causas por detrás da exclusão da Disciplina de Educação Musical, para tal, foi necessário buscar informações através de entrevistas aos gestores e técnicos ligadas ao Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, professores da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário, estudantes do Curso de Licenciatura em Música na ECA, encarregados de educação, daí que a abordagem qualitativa tenha sido a mais aplicável.

### **3.2 Método de estudo**

O método é a observação não participante baseada no trabalho de campo que segundo Cooper (2004), é o processo de observação e coleta de dados sobre pessoas, ambientes, culturas no local onde ocorre o fenômeno que se pretende pesquisar. O trabalho de campo ocorre fora do nosso ambiente cotidiano e não em escritório, laboratório ou sala de aula. Para esta pesquisa usou-se o método de observação não participante, baseado no trabalho de campo, visto que este permite ao pesquisador compreender e aprender diferentes aspectos que envolvem o fenômeno ou objecto de estudo (SANCHES, 2011).

### **3.3 Técnicas de recolha de dados**

Para a obtenção de informações pertinentes ao problema investigado, foram utilizadas três técnicas principais de recolha de dados: a pesquisa bibliográfica, as entrevistas semiestruturadas e a observação não participante. Essas técnicas foram escolhidas por

serem adequadas à abordagem qualitativa e ao objectivo de compreender as causas e consequências da exclusão da disciplina de Educação Musical no currículo do Ensino Primário Básico em Moçambique.

### **3.3.1 Pesquisa bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica consistiu na consulta a documentos já publicados, como livros, artigos científicos, relatórios institucionais e legislação educacional. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica “permite identificar o estado da arte em relação ao tema estudado, oferecendo um suporte teórico sólido à análise dos dados empíricos”.

O foco principal dessa pesquisa foi encontrar referências que discutissem:

1. As teorias de currículo e as implicações de mudanças curriculares, a partir de autores como Popkewitz (1997) e Pacheco (1996);
2. A importância da Educação Musical no desenvolvimento cognitivo, motor e social, com base em estudos como os de Hallam (2010) e Gainza (1988);
3. Os princípios pedagógicos do Sistema Nacional de Educação de Moçambique, incluindo a análise da Lei 18/2018, que excluiu a Educação Musical do currículo do Ensino Primário;
4. Relatos de experiências internacionais sobre a integração da música em currículos escolares, para oferecer uma perspectiva comparativa.

Essa etapa foi essencial para sustentar teoricamente os achados empíricos, permitindo a interpretação dos resultados à luz de um arcabouço acadêmico robusto.

### **3.3.2. Entrevistas semiestruturadas**

As entrevistas foram elaboradas e aplicadas com o objectivo de captar as percepções dos participantes directamente envolvidos no fenómeno estudado, incluindo gestores educacionais, professores, estudantes e pais. Segundo Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas são adequadas porque combinam perguntas planejadas com a flexibilidade para explorar novas questões que surgem durante a interação.

Construção das entrevistas:

1. Os roteiros das entrevistas foram elaborados com base nos objectivos específicos do estudo, buscando:
  - Identificar percepções sobre os benefícios da Educação Musical no Ensino Primário;
  - Compreender as razões apontadas para a exclusão da disciplina do currículo;

- Explorar as consequências percebidas dessa exclusão para os alunos, professores e instituições de ensino superior.
2. Cada roteiro foi adaptado ao perfil dos entrevistados:
    - Para gestores: questões focadas no processo de decisão curricular e nos objetivos educacionais;
    - Para professores: perguntas relacionadas à prática pedagógica e às dificuldades enfrentadas na leção de conteúdos musicais;
    - Para estudantes e pais: indagações sobre a percepção da música no desenvolvimento escolar e social das crianças.
  3. Foram conduzidas 15 entrevistas no total, com os participantes divididos conforme descrito no item 3.4 (População e Amostra).

Essas entrevistas foram gravadas (com autorização) e transcritas, permitindo uma análise detalhada das respostas e a extração de categorias temáticas relevantes para o estudo.

### **3.3.3. Observação não participante**

A observação não participante foi conduzida com o objetivo de captar comportamentos, práticas e dinâmicas que envolvem a exclusão da Educação Musical no currículo do Ensino Primário, sem interferir nas atividades observadas. A técnica de observação não participante, conforme Creswell (2014), é fundamental para garantir que os dados sejam coletados de maneira espontânea e natural, o que permite uma análise mais fidedigna do contexto e das interações no ambiente educacional.

A observação foi realizada em dois contextos principais:

1. Escolas primárias: onde pude observar como os conteúdos de Educação Musical foram integrados em outras disciplinas, como Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física. Nesse ambiente, observei as estratégias pedagógicas usadas pelos professores para "integrar" a música e como isso impactava o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.
2. Instituições de gestão curricular (INDE): observei reuniões e discussões sobre a implementação das mudanças curriculares. Essa observação foi importante para entender as motivações dos gestores e os desafios enfrentados na reestruturação curricular.

Durante as observações, mantive uma postura de observador externo, sem interagir diretamente com os participantes ou alterar o ambiente. Apenas registrei os

comportamentos e práticas observados, o que ajudou a preservar a autenticidade e a naturalidade das interações, conforme recomendado por Gold (1958).

A observação não participante foi crucial para a fiabilidade dos dados, pois permitiu uma coleta de informações diretamente do campo, sem que o pesquisador influenciasse o comportamento dos participantes. Isso se alinha ao conceito de triangulação de dados proposto por Denzin (1978), que sugere que a combinação de diferentes fontes de dados (entrevistas, observações e pesquisa bibliográfica) fortalece a validade e a consistência dos resultados.

Ao comparar as observações com as entrevistas realizadas, foi possível verificar consistências ou discrepâncias nas percepções dos entrevistados em relação às práticas observadas, o que contribuiu para uma interpretação mais precisa dos dados. Além disso, a observação não participante ofereceu uma perspectiva única, permitindo identificar lacunas entre o discurso oficial (em documentos curriculares) e a prática real nas escolas, o que validou a análise crítica apresentada no estudo.

Exemplo de como a observação contribuiu para a fiabilidade. Nas observações nas escolas primárias, notei que, apesar de o currículo indicar a integração da Educação Musical em disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, na prática, os conteúdos musicais eram superficialmente abordados, com os professores muitas vezes deixando de lado a música por falta de formação ou recursos. Isso foi confirmado nas entrevistas com os professores e gestores, que relataram dificuldades na implementação das mudanças curriculares devido à falta de formação específica e materiais didáticos. Essa convergência de dados fortaleceu a credibilidade das conclusões do estudo.

#### **3.3.4. Aplicação dos instrumentos de recolha de dados**

A recolha de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas e observação não participante, fez-se a gravação de áudios onde os entrevistados permitiram que houvesse gravação. Os instrumentos usados para as entrevistas estão disponíveis nos (apêndices 01, 02, 03 e 04).

No Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE/MINED) foi possível entrevistar pelo menos dois gestores do sexo masculino, indicados pela instituição como os únicos que poderiam fornecer dados relevantes para a nossa pesquisa dos quais o gestor 1 ainda exerce a função de desenvolvedor de currículos e o gestor 2 já não faz parte da instituição devido a reforma;

Na Escola de Comunicação e Artes (ECA) foi possível entrevistar e gravar quatro estudantes dos quais três são do sexo masculino e uma é do sexo feminino, os restantes não aceitaram que a entrevista fosse gravada, mas numa conversa aberta puderam fornecer dados relevantes;

Na Escola Primária Completa de Zimpeto (EPCZ) foi possível entrevistar quatro professores todos do sexo feminino, contudo há mais informações colhidas fora do ambiente da entrevista, onde os professores estavam mais abertos para expor suas opiniões quando não estavam sendo gravados.

Igualmente, foi possível entrevistar pelo menos quatro pais, e só três aceitaram que a entrevista fosse gravada, dos quais 1 é do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

### 3.4 População e Amostra

Para a aquisição de dados, a população desta pesquisa é constituída pelos gestores e técnicos do INDE, professores da disciplina de Educação Musical no Ensino Primário, estudantes do Curso de Licenciatura em Música na ECA, encarregados de educação e todos os afectados pela medida.

Todavia, porque as pesquisas têm um determinado tempo para serem desenvolvidas e pela dificuldade de acesso geral a este universo, a amostra da pesquisa foi constituída pelos indivíduos indicados anteriormente. Portanto, foram entrevistados um total de 15 respondentes, sendo um (1) funcionário do INDE/MINED e o outro (1) antigo funcionário técnico pedagógico, ligados ao desenvolvimento do Currículo, quatro professoras, seis (6) estudantes/alunos de ambos sexos, dois da 6ª Classe do ensino primário (EPC do Zimpeto) e quatro do ensino superior (ECA), e finalmente quatro encarregados de educação também de ambos os sexos (tabela 01).

A amostragem privilegiada pela pesquisa foi a amostragem por **conveniência**, pois permitiu que se trabalhasse com a amostra presente no momento da recolha de dados.

**Tabela 01:** Amostra da pesquisa

Designação	Gestores de INDE	Professores	Estudantes	Alunos	Pais e encarregados
Número	2	4	4	2	3

**Fonte:** Elaboração dos autores.

### **3.5 Técnicas de análise de dados**

Para técnica de análise de dados, o estudo privilegiou a análise de conteúdo que permitiu captar as percepções, pensamentos e opiniões por detrás da exclusão da disciplina de Educação musical no ensino primário. Esta é a técnica de análise mais usada para os dados qualitativos, conforme demanda esta pesquisa e sugerido por Bardin (2016) quando postula que a análise de conteúdo envolve a identificação de temas, padrões e categorias nos dados, permitindo ao pesquisador extrair significados e percepções relevantes.

Depois da recolha de dados, para a sua análise foi feita a transcrição, compilação e comparação das informações obtidas através das anotações de campo e por gravações durante as entrevistas.

Portanto, depois da transcrição e compilação seguiram as fases de leitura para percepção das informações, a descrição, classificação e interpretação através da produção dos resumos que permitiram o desenvolvimento do capítulo de apresentação e a posterior análise de dados.

### **3.6 Questões éticas da pesquisa**

Durante o processo de pesquisa foram observadas as questões éticas de pesquisa, nomeadamente:

- Pesquisa feita mediante a apresentação de uma credencial concedida pela Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane às autoridades e aos próprios respondentes;
- Termo de consentimento livre e esclarecido aos pesquisados para participarem do estudo;
- Explicação antecipada sobre os objectivos do estudo aos respondentes;
- Codificação dos dados pessoais dos pesquisados para garantir a confidencialidade e o anonimato evitando que sejam futuramente prejudicadas por terem participado da pesquisa;
- A informação recolhida foi mantida em sigilo e somente usada para a realização da presente pesquisa.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo faz-se a apresentação e análise de dados empíricos recolhidos através do guião de entrevista aos gestores da educação, professores, estudantes da ECA e pais e encarregados de educação e das observações realizadas no decorrer da pesquisa.

##### 4.1. Perfil dos entrevistados

Neste subcapítulo os dados são apresentados seguindo a seguinte sequência dos respondentes: (i) gestores da educação; (ii) professores; (iii) estudantes da ECA; e (iv) pais e encarregados de educação. É importante referir que os gestores foram tratados por gestor 1 e 2; os professores por professor 1, 2, 3, e 4; os estudantes por estudante 1, 2, 3 e 4; e os pais por pai 1, 2 e 3, e Aluno 1, 2, 3, e 4 para garantir que a identidade dos entrevistados seja mantida no anonimato.

Entretanto, abaixo apresenta-se a tabela 02, onde se descreve o nível académico, área de especialização e instituição de formação dos entrevistados.

**Tabela 02:** Nível académico, área de especialização e instituição de formação dos entrevistados.

Entrevistados	Nível académico	Área de especialização	Instituição de formação
Gestor 1	Mestrado	Ensino de Educação Visual	Universidade Pedagógica
Gestor 2	Mestrado	Currículo e Instrução, e Música	Faculdade de Educação
Professor 1	Licenciatura	Ensino Básico	Universidade Pedagógica
Professor 2	Licenciatura	Ciências de Educação	Universidade Católica de Moçambique
Professor 3	Técnico	Ensino Básico	Instituto de Formação de Professores, Matola
Professor 4	Licenciatura	Ciências de Educação	Universidade Pedagógica
Estudante 1	4º ano de Licenciatura	Música, Vertente Pedagógica	Escola de Comunicação e Artes
Estudante 2	4º ano de Licenciatura	Música, Vertente Pedagógica	Escola de Comunicação e Artes
Estudante 3	4º ano de Licenciatura	Música, Vertente Pedagógica	Escola de Comunicação e Artes
Estudante 4	1º ano de Licenciatura	Música, Vertente Pedagógica	Escola de Comunicação e Artes
Pai 1	10ª classe	Vendas a conta própria	Escola Secundária de Malhazine
Pai 2	3º ano de Licenciatura	Direito	Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças
Pai 3	10ª classe	Serviços gerais	Escola Secundária Gwaza Muthini

**Fonte:** Autor.

Através da Tabela 02, pode-se perceber que os gestores possuem o nível acadêmico mais elevado (mestrado) seguido de professores (licenciatura) e assim sucessivamente. Isto pressupõe poder haver maior capacidade analítica dos diferentes sectores que formam a indústria da Educação Musical por parte do sector da gestão. Todavia, isso não basta, pois como podemos ver na Tabela 02, nem todos os gestores tem uma relação com a música, sendo que o Gestor 1 não tem nenhuma formação em música e de igual modo não tem formação na área de currículo, porém o gestor 2 tem uma formação geral e especialização nas áreas de currículo e de música.

A outra dificuldade encontrada é o facto de todos os professores que leccionavam a Disciplina de Educação Musical não possuírem nenhuma qualificação para a seu ensino, influenciando negativamente na qualificada da leccionação da disciplina.

É importante referenciar ainda, que existem estudantes que estão sendo formados na área de música por instituições vocacionadas para o ensino artístico, o que por sinal pode melhorar o quadro da indústria da Educação Musical actualmente vigente no país.

#### **4.2. Benefícios da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico**

Para compreender os benefícios da leccionação da Disciplina da Educação Musical no Ensino Primário Básico partimos da seguinte pergunta: **em sua opinião, qual é a importância da Educação Musical?** Na sua resposta, o gestor 1 disse que os conteúdos de Educação Musical contribuem, tal como qualquer outra disciplina, para a formação integral do aluno, e podem desenvolver no aluno competências que contribuem sobremaneira para a formação integral do indivíduo, sem as quais a sua formação fica comprometida e deficiente. Para o Gestor 2, a Educação Musical tem a haver com a musicalização da criança e ajuda na formação da personalidade do indivíduo, assim como na coordenação motora. Ele acrescentou que a música ajuda a completar a pessoa humana em quase todos os aspectos, incluindo o cognitivo. Em suas palavras, afirmou que quando alguém aprende instrumento musical, por exemplo, trabalha o cérebro nos dois hemisférios e isso faz com que a pessoa seja capaz de passar a usar os dois em todas actividades da sua vida. Em confirmação, Michele (2020), refere que o treinamento musical impõe que haja a coordenação dos dois hemisférios do cérebro, ainda que inicialmente o processamento se encontre do lado direito. A coordenação motora dos membros corporais em instrumentistas, para a autora, permite que haja uma interligação

entre os dois hemisférios. Isto melhora o desempenho do cérebro mesmo quando há um elevado número de actividades, a criança pode pensar criativamente com precisão e combinar suas habilidades, conclui a autora.

Relativamente a essa compreensão, os Professores 1 e 2 entendem que a Educação Musical ajuda no desenvolvimento cognitivo, psicomotor, e que facilita no aprendizado de conteúdos das outras disciplinas. A título de exemplo, o Professor 1 disse:

*[...] quando estive em Lisboa, [...], eu visitei uma escola que se chama Santa Cecília, tem ensino integrado em Educação Musical: há quem aprende o currículo normal com Música e sem as Disciplinas, e há quem aprende o Currículo normal só com Educação Musical; os que estão melhores e dispensam em todas as disciplinas são aqueles que aprendem música e todos complementos de música, [...] então todos os que saem da escola integrada para a universidade todos entram. Todos os que estão a sair daquele [...] ensino normal mais música, todos entram e ganham bolsas [...] diferentemente dos que só fazem Educação Musical. Aparentemente, não são maus, mas não chegam aos pés daqueles que fazem o currículo normal e música. Então, para dizer que [...] a música em si já abre a mente de uma criança, [do que] só aprender as matérias curriculares sem ela. A complexidade que a música tem, abre a mente de uma criança e fica [...] toda a matéria que ela vai aprendendo mais a frente [...] fica mais fácil porque ela já percebe música e a sua complexidade. Estou a falar de solfejo rítmico, melódico, divisões não divisões, quantos tempos, ah! [...] pausas e etc. Se ela consegue perceber isso e muito bem e executar, escutar como deve ser, com facilidade ela vai calcular matemática, vai perceber português ainda que seja difícil, mas não vai ser tão difícil quão [...] quanto é na disciplina de música. Então eu fiquei clara de que realmente a música faz muito sentido e facilita a interdisciplinaridade das outras. Então, ela existe em todas as outras disciplinas e vem mesmo para facilitar. Quem aprende música, aprende com facilidade todo o resto[...]* (Professor 1).

Como se pode depreender, a disciplina de Educação Musical se interliga facilmente com outras, permitindo que as crianças aprendam num ambiente descontraído, ao mesmo tempo que desenvolvem os processos cognitivos (memória, pensamento, imaginação, etc.), afectivos (o respeito para com os integrantes da prática musical) e motores (desenvolvimento físico do corpo a partir do movimento realizado durante a prática musical). Tudo isso permite a integração qualificada do aluno nos níveis subsequentes. Mas não é só isso, na visão do professor 3, a música entretém as crianças enquanto na do professor 4, a música cria motivação para que as crianças participem devidamente da aula.

Os Estudantes 1 e 2, em sua contribuição, apontam que a música ajuda no desenvolvimento do indivíduo como um ser moral e social. Portanto, a música é um meio que traz consigo a facilidade de expressão e comunicação. Entretanto, para os estudantes 3 e 4, a música ajuda a desenvolver competências artísticas e constitui vantagem no aprendizado de conteúdos leccionados nas outras disciplinas curriculares. Os alunos da EPCZ referiram que a música cria um ambiente descontraído e agradável durante as aprendizagens na sala da aula.

Ainda sobre este assunto, o Pai 1 percebe que a Educação Musical era uma boa disciplina em que se ensinava a tocar e cantar e também conteúdos morais através de canções enquanto que na óptica dos Pais 2 e 3, a música ajuda a transmitir conhecimentos de forma fácil e eficiente em diferentes ramos através de canções que ajudam a memorizar as matérias.

A propósito, a leccionação de Educação Musical nas escolas é frequentemente associada a uma variedade de benefícios, conforme destacado por vários pesquisadores na área da educação musical. Hallam (2010), por exemplo, defende que a Educação Musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, incluindo habilidades como a memória, a atenção e o pensamento abstracto. Ainda, Vaughn (2000), sugere que a aprendizagem musical pode melhorar habilidades matemáticas e linguísticas, e que elementos como ritmo e contagem musical podem ter correlações positivas com a compreensão matemática. Os benefícios da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Básico são inúmeros como sugerem os autores McPherson e Davidson (2006). Para Bugos et al. (2007), a prática de instrumentos musicais e participação em actividades musicais pode aprimorar a coordenação motora.

Em suma, esses são benefícios que ressaltam a importância da Educação Musical como parte integrante do currículo escolar, proporcionando não apenas conhecimento musical, mas também contribuindo para o desenvolvimento holístico dos alunos: (i) desenvolvimento cognitivo - memória, atenção e pensamento abstracto; (ii) expressão emocional e social - a participação em actividades musicais em grupo pode promover habilidades sociais e trabalho em equipe; (iii) desenvolvimento da criatividade - a improvisação e a composição musical; (iv) bem-estar e saúde mental, pois em si a música ajuda a relaxar; (v) promoção da aprendizagem interdisciplinar, conectando conceitos musicais a outras áreas do conhecimento; (vi) promoção da diversidade cultural,

proporcionando aos alunos a oportunidade de explorar e apreciar diferentes tradições musicais; (vii) estímulo à perseverança e disciplina. Ainda, para McPherson e Davidson (2006) o aprendizado musical, especialmente quando o aluno domina um instrumento, pode cultivar a perseverança, a disciplina e a autoestima, e muito mais.

Em suma, a relação entre os dados das entrevistas e a literatura revisada confirma que os benefícios da Educação Musical são amplos e impactam significativamente o desenvolvimento cognitivo, motor, social e acadêmico das crianças. A literatura revisada, incluindo os estudos de Hallam (2010), McPherson e Davidson (2006), e Vaughn (2000), corrobora com as percepções dos participantes da pesquisa, destacando os efeitos positivos da música em várias áreas do desenvolvimento infantil. Esses achados reforçam a importância de reintegrar a Educação Musical no currículo do Ensino Primário, como forma de promover o desenvolvimento integral dos alunos e melhorar o ambiente escolar como um todo.

#### **4.3. Factores que concorreram para a da “exclusão” da Disciplina da Educação Musical no Currículo do Ensino Primário**

Depois da revisão curricular, em 2004, houve a constatação de dificuldades extremas de leitura e de escrita nos graduados do ensino básico. Assim, o MINEDH, através do INDE, em 2012, iniciou a chamada “Revisão Pontual” do Plano Curricular do Ensino Básico e consequentemente de todos os programas de ensino deste nível que culminou com a “exclusão” da disciplina de Educação Musical, através da Lei 18/2018 de 28 de Dezembro, tendo esta passado a ser integrada em outras disciplinas.

Deste modo, como é dito em Chinguai (2021), no 1º Ciclo (1ª, 2ª e 3ª Classe), os principais conteúdos, das disciplinas de Educação Visual, Ofícios e Educação Musical, foram pretensamente integrados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física enquanto os do 2º Ciclo (4ª, 5ª e 6ª Classes), foram integrados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências Sociais e Ciências Naturais.

A partir desse cenário, para perceber as causas da exclusão da Disciplina de Educação Musical, primeiro fez-se a seguinte questão: **Quais são os motivos que justificam a exclusão da disciplina de Educação Musical Ensino Primário?**

A propósito desta pergunta, o gestor 1 referiu que efectivamente não houve “exclusão, mas sim, uma integração, pois os conteúdos da Disciplina de Educação Musical continuam sendo leccionados, apenas o nome Educação Musical é que já não aparece no currículo. Como podemos perceber em suas próprias palavras, ele afirmou:

*[...] eu não diria que houve uma exclusão, porque **sinto que é um termo um pouco pesado**, porque exclusão significaria que não tem alguma relevância e, portanto, temos que excluir. O que aconteceu é que [...] nós continuámos a ensinar os conteúdos de Educação Musical que constavam no programa de ensino da Disciplina [...]; a única coisa que desapareceu no currículo é o nome Educação Musical como disciplina, mas os seus conteúdos continuam a ser abordados. [...] digamos que se tratou de uma mudança estratégica, de uma mudança metodológica, porque achamos que desta forma ganhamos mais, porque os alunos, sabe, a nível do ensino primário, o mais importante não é saber que estão na disciplina de Educação Musical ou Educação Visual, o importante é que os alunos consigam desenvolver aquelas competências que estão definidas. Então, nós achamos que se ensinarmos de forma integrada, **íamos ganhar tempo e os alunos iam desenvolver melhor as suas competências. Então, em vez de termos várias disciplinas, não é, porque nós tínhamos seis disciplinas, ou cinco, não é? Achamos, talvez, que ganhássemos mais se fundíssemos os conteúdos e fossem abordados de forma integrada.** [...] então nós achamos que, poderíamos reduzir o número de disciplinas, mas mantendo os conteúdos integrados em um número de disciplinas menores. [...]* (gestor 1).

Neste discurso o gestor 1 nos revela que o fundamento para a “exclusão” ou integração da Educação Musical em outra perspectiva, é o elevado número de disciplinas, e isto disse também o gestor 2. Siteo (2023), destaca esta percepção, por parte de alguns designers de currículo, que sugerem que a Educação Musical era considerada uma disciplina que ocupava o espaço de outras, pelo que decidiram excluí-la. Como se pode entender, esta alegação foi feita por parte de alguns designers de currículo, pese embora o gestor 2 discorde, pois como ele disse, não houve qualquer estudo que defendesse a necessidade da remoção desta disciplina e de outras do currículo em vigência.

*[...] Em teorias de currículo, sabemos que o currículo tem vigência de cinco a oito anos, mas durante este período devem ser feitos monitorias e estudos para se perceber até que ponto (o currículo) está a ter um bom desempenho e o que se deve melhorar ou mudar... E, infelizmente, não foi isso o que aconteceu [...]* (gestor 2).

Considerando que não houve espaço de monitoria e avaliação da implementação da disciplina de Educação Musical nas escolas, e o facto de que a disciplina auxilia o

desenvolvimento de capacidades de leitura e escrita, para além de habilidades cognitivas, assim como o facto de os conteúdos desta disciplina não serem em prática lecionados nesse modelo de integração disciplinar, colocam-se em causa, os argumentos apresentados pelo gestor 1, quanto a exclusão da disciplina de Educação Musical no currículo.

A despeito disso, os professores 1 e 2, consideram que não há nenhum motivo que justifica a exclusão da disciplina de Educação Musical no ensino primário e que isso por si demonstra uma supervalorização das outras disciplinas em detrimento desta disciplina. Ainda, os professores 3 e 4, apontam que a falta de professores formados desta disciplina nas escolas desafia o desenvolvimento de políticas públicas profícuas para a formação artística, em particular na música, ao nível do nosso país.

Em suma, a exclusão da disciplina de Educação Musical no ensino primário, não resultou de um estudo aprofundado que justificasse tal acto. Portanto, as alegações de o currículo então vigente comportar muitas disciplinas não encontram alguma justificação fundamentada cientificamente, pois não terá partido de um estudo conforme preconizam as teorias de desenvolvimento curricular descritas pelos autores: Popkewitz (1997), Fullan (2001), Pacheco (1996, p. 150) e outros, os quais nos dão a perceber que fazer revisão de um novo currículo sem estudos prévios que justifiquem a necessidade de mudanças pode resultar em decisões inadequadas e impactar negativamente o processo educacional como um todo.

Ademais, segundo eles, avaliações cuidadosas do currículo são essenciais para identificar pontos fortes, fraquezas, ameaças e áreas que necessitam de aprimoramento. Isso pode incluir análises de resultados de aprendizagem, retrospectiva dos educadores e adaptação às demandas do ambiente educacional. Através dos autores supracitados depreende-se que: (i) é importante realizar estudos ou análises antes de introduzir um novo currículo, a fim de fundamentar a necessidade de mudança; (ii) uma avaliação cuidadosa do currículo vigente (anterior) pode ajudar a identificar lacunas ou áreas que precisam ser aprimoradas ou ajustadas, pode também ajudar a revelar a necessidade de adaptação às demandas do mercado de trabalho ou a incorporação de experiências relevantes, e finalmente ajudar a garantir que as mudanças feitas se alinhem efectivamente aos objectivos pretendidos.

#### **4.4 Consequências da exclusão da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico nos novos ingressos das instituições do Ensino Artístico no Ensino Superior Público**

O entendimento das consequências da exclusão da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico, nos novos ingressos das instituições do Ensino Artístico no Ensino Superior Público, passa por vários aspectos. Assim, decidimos partir da seguinte questão: **que consequências humanas, sociais, profissionais e acadêmicas poderão advir da exclusão Disciplina de Educação Musical?**

Acerca desta questão, o gestor 1 alega não ter como prever nenhuma consequência, uma vez que todos os conteúdos da Disciplina continuam sendo leccionados, contudo numa perspectiva diferente:

*[...] eu não posso tentar prever uma consequência que possa aparecer por conta de uma abordagem integrada [...] se estamos a falar já de estudantes do ensino superior é porque eles tiveram ensino primário onde tiveram abordagem de Educação Musical integrada depois tiveram ensino secundário onde eles tiveram. [...] então eu dizia que os alunos do ensino primário aprendem estes conteúdos de Educação Musical de forma integrada depois vão encontrar uma nova Disciplina que se chama Artes Cénicas, no ensino secundário, não me lembro muito bem em que classe isso se aborda no ensino secundário mas há uma disciplina chamada Artes Cénicas[...]. (Gestor 1)*

A observação em diferentes escolas do Ensino Primário Básico mostra que, contrariamente ao que o gestor diz, as matérias de Educação Musical não são leccionadas em outras disciplinas tal como referido. Em Siteo (2023) é evidenciado que há uma compreensão de que a Educação Musical só ocupa lugar das outras disciplinas, pelo que se preferiu substituí-la pela disciplina de português.

O gestor 2, em contramão com o gestor 1, afirmou que há várias consequências que advém desta exclusão da disciplina, na medida em que a nível do ensino e aprendizagem perde-se muito, pois a música é um forte auxiliar, e ela em si ajuda ao indivíduo a expressar-se melhor além de se poder, também, aprender alguns conteúdos de cultura geral, dentre outros benefícios reais da musicalização na escola.

Ainda, o posicionamento do gestor 1 diverge com os depoimentos dos professores quando foram questionados a respeito da eficácia da abordagem integrada dos conteúdos da educação musical na leccionação de outras disciplinas curriculares. A propósito, todos

eles responderam que não tem havido nenhuma integração dos conteúdos da Educação Musical na leccionação de outras disciplinas e que não houve nenhum tipo de capacitação para que os professores pudessem leccionar as disciplinas curriculares usando os referidos conteúdos.

Adiante, em relação às consequências, o estudante 1 respondeu que há várias consequências dentre as quais o desemprego dos licenciados em música, a desvalorização da cultura, a decadência dos valores morais e outras, que certamente poderão concorrer para a regressão social e cultural do nosso país. E, ainda, ele disse que este acto revela a pouca consciencialização das pessoas que dirigem este país no que se refere ao valor das artes. Por sua vez, os estudantes 2, 3 e 4 responderam que uma das consequências é a impossível inserção no aparelho do estado na categoria de professor e a dificuldade dos actuais candidatos ao ensino superior admitirem ao curso superior de música.

Em suma, as consequências da exclusão da leccionação da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Básico, nos novos ingressos das instituições do Ensino Artístico no Ensino Superior Público são: (i) o impacto negativo - como descrito pelo gestor 2, em relação ao auxílio desta disciplina ao processo de ensino e aprendizagem, pois, no seu argumento, a música é um forte auxiliar na expressão pessoal e na compreensão de conteúdos educacionais, sociais e culturais. Isso aponta para a necessidade de percepção sobre a importância da Educação Musical no desenvolvimento global dos alunos; (ii) consequências sociais e profissionais - os estudantes destacam consequências sociais e profissionais como o desemprego para licenciados em música e dificuldades para ingressar em cursos superiores de música. Essas preocupações prenunciam um impacto significativamente negativo na carreira e no desenvolvimento profissional dos estudantes; e (iii) desvalorização das artes e da cultura - a discussão sobre a desvalorização da cultura e a falta de consciencialização sobre o valor das artes sugere uma preocupação mais ampla sobre a percepção da importância das artes na sociedade e na educação.

Para Hallan (2010) a desvalorização das artes e da cultura pode ter implicações significativas, não apenas para a comunidade artística, mas também para a sociedade em geral. Para este autor, a cultura desempenha um papel fundamental na identidade coletiva, no enriquecimento da experiência humana e na promoção da diversidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como tema reflexões sobre a “Exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Plano Curricular do Ensino Primário Básico e o objectivo geral, compreender os factores que concorreram para a “exclusão” da Disciplina de Educação Musical no Currículo do Ensino Primário.

O estudo teve como método, o trabalho de campo em instituições como INDE/MINED, ECA e A EPC do Zimpeto. As técnicas usadas nesta pesquisa foram: pesquisa bibliográfica; entrevista semiestruturada e a observação não participante. Este método e técnicas foram articuladas em abordagem qualitativa enquanto as bases teóricas do trabalho estão a volta de estudos que discutem sobre o currículo, ensino primário e Educação Musical, com enfoque para os autores como Hallam (2010), Popkewitz (1997) e Gainza (1988).

Essas bases metodológicas e teóricas permitiram apurar, enquanto benefícios, que a Educação Musical deve ser parte integrante do currículo escolar, proporcionando não apenas conhecimento musical, mas também o desenvolvimento holístico dos alunos seja ele cognitivo, criativo, afectivo, psicomotor, cultural e social.

Este potencial parece ser ignorado pelos decisores políticos da educação moçambicana, pois como constatamos durante a pesquisa, a exclusão da Educação Musical resultou de um estudo raso, alegações fracas de o currículo então vigente comportava muitas disciplinas.

Esta problemática metodológica, por parte dos decisores curriculares, trouxe conforme a nossa pesquisa, consequências nefastas: (i) pode potencialmente incrementar o desemprego para licenciados em música; (ii) agravar as dificuldades de ingresso em cursos superiores de música; (iii) acentuar o baixo desenvolvimento da carreira e profissão artística; e (iv) desvalorização das artes e da cultura, dentre outras.

A partir desses resultados destaca-se a importância de se desenhar políticas públicas firmes que possam garantir, por um lado, o acesso educação musical, como um direito “humano” dos cidadãos moçambicano, mas por outro lado, para que os graduados das instituições superiores tenham integração no mercado do trabalho. A pesquisa destaca ser crucial, de igual modo, desenvolver um trabalho bastante profundo para uma determinada reforma curricular, garantindo que haja todas as partes afectadas, consultadas, para uma revisão e reforma justa e científica justificada do processo desenvolvimento e revisão

curricular. E, finalmente, criar estratégias sólidas de consciencialização pública e dos gestores da educação, para que se compreenda que a disciplina de Educação Musical tem seu objecto, objectivos, métodos e teorias de estudo e pesquisa que precisam ser respeitados como qualquer área de saber.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bruna da Silva; ELZINGER, Naiara & WENDLING, Cléria Maria. Conceitos de Ensino, Alfabetização e Linguagem. São Paulo: *II Simpósio de Educação*, 2010. Disponível em [www.docplayer.com.br/54358227](http://www.docplayer.com.br/54358227). Acesso em 16 de agosto de 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016. Disponível em <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

BASILIO, Guilherme; & ZITA, Angelica Miguel. 2022. Educação básica em Moçambique: Significados conceptuais, direito e políticas educativas. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros* 5 (12). <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12.2022.2>. Acesso em 19 de Dezembro de 2023.

BLACKING, John. *How musical is man*. Washington: University of Washington Press, 1974.

CHINGUAI, Júlio. Educação musical em Moçambique: reflexões e desafios. *XXV Congresso Nacional da ABEM*. 16 a 26 de Novembro de 2021.

CONSELHO DE MINISTROS. *Política nacional de educação e estratégias de implementação*. Resolução no 8/95 de 22 de Agosto de 1995. Maputo, 1995.

COOPER, John Lewis. *Using participant or non-participant observation to explain information behavior*. Cardiff: Aberystwyth University, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2160/238> Acesso em: 28 de novembro de 2023.

ESTIVALETE, E. B. A crescente preocupação com a integração de saberes através do currículo. *Educação Por Escrito*, 7(1): 34-46, 2016.

FAZENDA, Rodrigo Zicai; COFE, Sérgio Mário. Das reformas curriculares ao seu contributo na melhoria da qualidade de ensino nos subsistemas de ensino e aprendizagem em Moçambique. *Revista da UI IP Santarém*. Edição Temática: Ciências Exatas e da Engenharia. Número Especial: Conferência Internacional em Transformação Digital: Cooperação Internacional, multiculturalidade, trabalho colaborativo e ambientes inclusivos, sustentáveis e resilientes 10 (4): 68-85, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 512, 1986. Disponível em: <https://nunc.fflch.usp.br/node/412>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

GAINZA, Violeta H. *Estudos de Psicopedagogia Musical*, v. 31. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1988. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/estudos-de-psicopedagogia-musical/380887/edicao:430709>. Acesso em: 09 de agosto de 2020.

GASPAR, M. I., & ROLDÃO. M. C. *Elementos do desenvolvimento curricular*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

HALLAM, Susan. *The Power of Music: Its Impact on the Intellectual, Social and Personal Development of Children and Young People*. Londres: Routledge, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/242560857\\_The\\_power\\_of\\_music\\_Its\\_impact\\_on\\_the\\_intellectual\\_social\\_and\\_personal\\_development\\_of\\_children\\_and\\_young\\_people](https://www.researchgate.net/publication/242560857_The_power_of_music_Its_impact_on_the_intellectual_social_and_personal_development_of_children_and_young_people). Acesso em: 27 de Novembro de 2023.

INDE/MINED. *Plano curricular do ensino básico: objetivos, política, estrutura, planos de estudos e estratégias de implementação*. Maputo: INDE/MINED, 2003.

INDE/MINED. *Plano curricular do ensino secundário geral: objetivos, política, estrutura, planos de estudos e estratégias de implementação*. Maputo: INDE/MINED, 2007.

LEITE, Sérgio António da Silva. Do Plano Curricular ao Currículo em Ação. pp. 55-57. In “*A Formação em Psicologia da Perspectiva do Currículo Oculto*”, editado por Sérgio Leite. v. 6. no.1. São Paulo: SBP, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didáctica*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª Edição. São Paulo: S.A, 2003.

MARKONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MCPHERSON, Gary; DAVIDSON, Jane. Playing an instrument. In *The Child as Musician: A Handbook of Musical Development*, editado por Gary McPherson, 327-343. Oxford: Oxford University Press, 2006. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/301711366\\_Review\\_McPherson\\_GE\\_Ed\\_The\\_Child\\_as\\_Musician\\_A\\_Handbook](https://www.researchgate.net/publication/301711366_Review_McPherson_GE_Ed_The_Child_as_Musician_A_Handbook). Acesso em 27 de Novembro de 2023.

MED, Bohumil. *Teoria da música*. 4 ed. São Paulo: Musimed, 1996

MILLER, Michele. *O Ensino da música ajuda no desenvolvimento do cérebro das crianças*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020. Disponível em: <https://tistu.com.br/0-ensino-da-musica-ajuda-no-desenvolvimento-do-cerebro-das-criancas>. Acesso em 17 de Novembro de 2023.

MOÇAMBIQUE. *Boletim da República*. Lei nº18/2018. I Série, nº 254. Reajusta o Quadro Geral do Sistema Educativo. Maputo: Imprensa Nacional, 2018.

NATTIEZ, J. *Music and discourse: toward semiology of music*, 1990. Disponível em [www.pt.wikipedia.org/wiki/música](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/música). Acesso em: 18 de Abril de 2013.

PACHECO, José Augusto. *Currículo: teoria e práxis* (2ª ed.). Porto: Porto Editora, 2001.

PACHECO, José Augusto. *Currículo: teoria e práxis*. Porto: Porto Editora, 1996.

PILETTI, Nelson. *Estrutura e funcionamento do ensino fundamental*. São Paulo: Ática. 2004. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/6779342/O>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música: questões de uma antropologia sonora, *Revista de Antropologia*, v. 44, no1, 221-286, 2001.

POPKEWITZ, Thomas. *Reforma educacional: uma política sociológica de poder e conhecimento em educação*. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 294

PRODANOV, Cleber & FREITAS, Ernani. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*, 2 ed. Novo Hamburgo-Rio Grande do Sul. Universidade FEEVALE, 2013.

ROLDÃO, Maria do Céu. Currículo e cidadania. *Inovação*, 12, 9-26, 1999.

ROLDÃO, Maria do Céu. *Gestão curricular: fundamentos e práticas*. Lisboa: MEC-DEB, 1999.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica*, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANCHES, Fábio de Oliveira. O trabalho de campo e análise da paisagem. In *Revista Brasileira de Geografia Física*, Editado por Fábio Sanches. v. 4. no. 4. p. 858. Recife: SBP 2011.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. *Movimento-Revista de Educação* (4), 2016. Disponível a 23 de Agosto de 2024, em <http://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296>.

SILAMBO, Micas Orlando. Lentes e reflexões ampliadoras de conceito(s) e significado(s) da Música, p. 173-192. *Revista Música*, São Paulo, Novembro, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/175175>. Acesso em: 28 de Novembro de 2023.

SITOE, Armando Eduardo. *A situação do ensino-aprendizagem de educação musical na escola primária completa (EPC) Unidade 8: um estudo de caso a compreender*. Tese de Licenciatura Apresentada a Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane, 2023. Disponível em: <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/3101/1/2023%20-%20Siteo%2C%20Armando%20Eduardo.pdf> Acesso em: data 28 de Novembro de 2023.

SITOE, Pedro Júlio. *Análise das percepções dos professores do I ciclo do ensino primário sobre a utilidade da música como auxiliar da aprendizagem da leitura e da escrita iniciais*. Dissertação de Mestrado Apresentada a Faculdade de Educação, da Universidade Eduardo Mondlane, 2016. Disponível em <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/230>. Acesso em: 11 de Novembro de 2022.

TEIXEIRA, Jéssica dos Santos. *Influência emocional da criança e sua utilização como instrumento pedagógico*. Minas Gerais: Viçosa, 2017.

TYLOR, Edward B. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom*. New York: J. P. Putnams Sons, 1871.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. *Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Brasília. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. 2010. Acesso em a 18 de Janeiro de 2023.

VARELA, Bartolomeu Lopes. *O currículo e o desenvolvimento curricular: concepções, práxis e tendências*. Cidade da Praia: Edições Uni-CV, 2013.

VAUGHN, Kathryn. Music and mathematics: modest support for the oft-claimed relationship. *Journal of Aesthetic Education* 34, no. 3/4, 2000. p. 149-166. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/3333641>. Acesso em 27 de Novembro de 2023.

VEIGA NETO, Alfredo. De geometrias, currículo e diferenças. *Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças*, 2002. p. 7. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/EDS/VOL23\\_N79/EDS\\_23N79\\_9.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL23_N79/EDS_23N79_9.PDF). Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

### **Decretos e Leis**

Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação (SNE) (Lei que actualiza a Lei nº 6/92, de 6 de Maio).

Lei nº 6/92, de 6 de Maio (Lei que actualiza a Lei 4/83 de 23 de Março, do SNE).

Lei nº 4/83, de 23 de Março (Lei moçambicana que introduziu, em 1983 o SNE).

**APÊNDICE 01.****ROTEIRO DE ENTEVISTA PARA GESTORES**

Caro Entrevistado,

Este roteiro de entrevista é uma ferramenta de obtenção de dados para a monografia de licenciatura. Cada entrevista terá em média uma duração de 15 minutos e Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, INDE em um local a ser indicado pela instituição. Os tópicos abordados na entrevista são os seguintes: I Dados pessoais e II perguntas relacionadas a exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB.

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Licenciatura em Música ECA-UEM. A pesquisa tem como tema: Análise sobre a Exclusão da Disciplina de Educação Musical no Plano Curricular do Ensino Primário Básico. Os resultados desta pesquisa serão apresentados e publicados em uma monográfica no Curso de Licenciatura em Música.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

**I – Dados pessoais**

1. Formação acadêmica e profissional?
2. Instituição de formação?

**II - A exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB**

1. Em sua opinião, qual é a importância da Educação musical?
2. Depois da sua introdução em 2004, que ganhos trouxe a disciplina de Educação Musical para a musicalização da escola?
3. Na lei 18/2018 de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação (SNE), a Disciplina de Educação Musical não faz parte das disciplinas curriculares, tendo passado a ser abordada de forma integrada (noutras disciplinas).
  - 2.1. Quais são os motivos que justificam a exclusão da disciplina de Educação Musical Ensino Primário?

- 2.2. Qual é o impacto que se espera da integração de conteúdos da Educação Musical nas disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências Naturais e Ciências Sociais)?
- 2.3. Será que neste processo de exclusão da Educação Musical como uma das disciplinas leccionadas, houve algum tipo de capacitação para que os professores lecionem as outras disciplinas usando a Educação Musical de forma integrada?
3. Que consequências humanas, sociais, profissionais e acadêmicas poderão advir da exclusão Disciplina de Educação Musical?
4. Sabendo que a música contribui para a formação da personalidade da criança, que cidadãos se pode esperar das crianças que estão desprovidas da Educação Musical nas escolas?
5. Que solução se pode esperar para as próximas gerações relativamente a musicalização na vida das crianças e na da escola?
6. Que comentário gostaria de deixar dentro do contexto da exclusão da Disciplina de Educação Musical na escola e seus impactos?

## APÊNDICE 02.

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES

Caro entrevistado

Este roteiro de pergunta constitui uma ferramenta de obtenção de dados para a monografia de licenciatura. Cada entrevista terá em média uma duração de 20 minutos e será realizada na escola onde os professores desenvolvem as suas actividades de ensino e aprendizagem. A entrevista envolverá três pontos: Dados pessoais, Formação, Meios didáticos e materiais de ensino, Dificuldades encontradas no PEA e Outros.

O trabalho faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Licenciatura em Música ECA-UEM. A pesquisa tem como tema **Análise sobre a Exclusão da Disciplina de Educação Musical no Ensino Primário Público em Moçambique**. Os resultados desta pesquisa serão apresentados e publicados em uma monográfica no Curso de Licenciatura em Música, da Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

#### **I. Dados pessoais**

1. Formação académicas e profissional?
2. Instituição de formação profissional

#### **II - A exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB**

1. Em sua opinião, qual é a importância da Educação musical?
- 2.3 A Educação Musical pode ser um meio facilitador do processo de ensino e aprendizagem? Como?
- 2.4. Que contribuições a educação musical apresenta no processo de desenvolvimento cognitivo dos alunos do Ensino Primário?
3. Na lei 18/2018 de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação (SNE), a Disciplina de Educação Musical não faz parte das disciplinas curriculares, tendo passado a ser abordada de forma integrada (noutras disciplinas).
  - 3.1. Qual é a sua visão em relação a abordagem integrada da disciplina de Educação Musical nas outras disciplinas? Quais são as experiências que tem com este método?

3.2 Será que neste processo de exclusão da Educação Musical como uma das disciplinas leccionadas, houve algum tipo de capacitação para que os professores lecionem as outras disciplinas usando a Educação Musical de forma integrada?

3.3. Quais são os motivos que justificam a exclusão da disciplina de Educação Musical Ensino Primário?

3.4. Que consequências humanas, sociais, profissionais e acadêmicas poderão advir da exclusão Disciplina de Educação Musical?

4. Que solução se pode esperar para as próximas gerações relativamente a musicalização na vida das crianças e na da escola?

5. Que comentário gostaria de deixar dentro do contexto da exclusão da Disciplina de Educação Musical na escola e seus impactos?

## APÊNDICE 03

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ESTUDANTES

Caro entrevistado,

Este roteiro de entrevista constitui uma ferramenta de obtenção de dados para a monografia de licenciatura. Cada entrevista terá em média uma duração de 15 minutos e será realizada na Escola de Comunicação e Artes, no campus da UEM, em um local a ser indicado pela instituição. Os tópicos abordados na entrevista são os seguintes: I Dados pessoais e II perguntas relacionadas a exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB.

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Licenciatura em Música ECA-UEM. A pesquisa tem como tema: Análise sobre a Exclusão da Disciplina de Educação Musical no Plano Curricular do Ensino Primário Básico. Os resultados desta pesquisa serão apresentados e publicados em uma monográfica no Curso de Licenciatura em Música.

Desde já agradecemos a sua colaboração

#### **I - Dados pessoais**

1. Nível acadêmico?
2. Qual é a vertente do curso de licenciatura em música que escolheu?

#### **II - A exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB**

1. Em sua opinião, qual é a importância da Educação musical?
2. A lei 18/2018 de 28 de Dezembro faz referência ao novo Sistema Nacional de Educação (SNE) no qual a Disciplina de Educação Musical passou a não fazer parte das disciplinas leccionadas, mas passou a ser abordada numa perspectiva integrada (noutras disciplinas).
  - a. Que ganhos a disciplina de Educação Musical trouxe para a musicalização da escola aquando da sua leccionação?
  - b. Qual é a sua opinião face a exclusão da disciplina de Educação Musical tendo em conta os possíveis ganhos que trouxe?

- c. Sabendo que a música contribui para a formação da personalidade da criança, que cidadãos se deve esperar das crianças que estão desprovidas da Educação Musical nas escolas?
3. Que consequências acadêmicas, sociais e humanas poderão advir da exclusão Disciplina de Educação Musical?
4. Como estudante e futuro graduado em música quais são as perspectivas de inserção no aparelho do estado na categoria de professor de música?
5. Se pudesse juntar a sua voz nos que clamam por soluções para o presente problema, o que diria?

## **APÊNDICE 04**

### **ROTEIRO DE ENTEVISTA PARA PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**

Caro entrevistado,

Este roteiro de entrevista é uma ferramenta de obtenção de dados para a monografia de licenciatura. Cada entrevista terá em média uma duração de 15 minutos. Os tópicos abordados na entrevista são os seguintes: I Dados pessoais e II perguntas relacionadas a exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB.

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Licenciatura em Música ECA-UEM. A pesquisa tem como tema: Análise sobre a Exclusão da Disciplina de Educação Musical no Plano Curricular do Ensino Primário Básico. Os resultados desta pesquisa serão apresentados e publicados em uma monográfica no Curso de Licenciatura em Música.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

#### **I – Dados Pessoais**

1. Nível acadêmico?
2. Profissão?

#### **II - A exclusão da Disciplina de Educação Musical no PCEB**

1. Em sua opinião, qual é a importância da Educação musical?
2. A lei 18/2018 de 28 de Dezembro faz referência ao novo Sistema Nacional de Educação (SNE) no qual a Disciplina de Educação Musical passou a não fazer parte das disciplinas leccionadas, mas passou a ser abordada numa perspectiva integrada (noutras disciplinas).
  - 2.1. Qual é a sua opinião face a exclusão da disciplina de Educação Musical tendo em conta os possíveis ganhos que trouxe?
3. Sabendo que a música contribui para a formação da personalidade da criança, que cidadãos se deve esperar das crianças que estão desprovidas da Educação Musical nas escolas?

4. Na sua opinião como encarregado(a) de educação, o que se pode fazer para eliminar estes problemas causados pela exclusão da Disciplina de Educação Musical?
5. Quais aspectos gostaria de comentar dentro do contexto da exclusão da Disciplina de Educação Musical e seus impactos?